

(Provisório)

SUMÁRIO

1. DEZ DICAS RUMO AO MPT! – Rafael Foresti Pego.....	23
---	-----------

PARTE I – REGIME JURÍDICO DO MPT

2. GARANTIAS, PRERROGATIVAS E VEDAÇÕES

DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Sebastião Vieira Caixeta.....	29
--	-----------

1. INTRODUÇÃO	29
2. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO GARANTE DO REGIME DEMOCRÁTICO, DA ORDEM JURÍDICA E DOS INTERESSES SOCIAIS E, CONSEQUENTEMENTE, COMO CLÁUSULA PÉTREA	30
3. GARANTIAS E PRERROGATIVAS	35
3.1. Independência funcional	37
3.2. Vitaliciedade.....	41
3.3. Inamovibilidade.....	42
3.4. Irredutibilidade de subsídios.....	42
3.5. Assento à direita dos juízes	45
3.6. Intimação pessoal	46
3.7. Foro por prerrogativa de função	47
3.8. Poder de requisição	47
3.9. Outras prerrogativas	48
4. VEDAÇÕES	50
4.1. Exercício da advocacia	50
4.2. Exercício de outra função pública, salvo uma de magistério	51
4.3. Exercício de atividade político-partidária.....	52
4.4. Outras vedações.....	53
5. CONCLUSÕES.....	53
6. BIBLIOGRAFIA	55

PARTE II – DIREITOS HUMANOS**3. A OIT E A PROTEÇÃO INTERNACIONAL
DOS DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA**

DE RELAÇÕES DE TRABALHO – <i>Silvio Beltramelli Neto</i>	59
1. INTRODUÇÃO	59
2. PANORAMA HISTÓRICO: DA FORMAÇÃO ÀS “NOVAS POLÍTICAS NORMATIVAS”	60
3. CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES	67
4. MECANISMOS DE CONTROLE	68
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

4. DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS: PONTOS E CONTRAPONTO –

<i>Bruno Gomes Borges da Fonseca</i>	77
1. INTRODUÇÃO	77
2. O DISCURSO JURÍDICO MITIFICADO E O DESCORTINAR DOS PRESSUPOSTOS DE UMA RESPOSTA.....	78
3. <i>DIVISÃO</i> DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS EM GERAÇÕES E O ESQUECIMENTO DE SEU CARÁTER <i>DESCONTÍNUO</i> E AGREGADOR	82
4. INEFICÁCIA DOS DIREITOS SOCIAIS EM RAZÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL E A SUPOSTA DESNECESSIDADE DE RECURSOS MATERIAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS LIBERAIS	84
5. A PROPOSTA INCLUSIVA E O EFEITO (IN)VOLUNTÁRIO DE EXCLUSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	86
6. E OS DEVERES HUMANOS E FUNDAMENTAIS? OU SERÁ QUE APENAS QUEREMOS DIREITOS?.....	88
7. OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	89
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
9. REFERÊNCIAS	92

5. APLICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: APONTAMENTOS

METODOLÓGICOS – <i>Silvio Beltramelli Neto</i>	95
1. INTRODUÇÃO	95
2. ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTORICIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..	96
3. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS	102
4. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS JURÍDICAS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	110
5. A PRODUÇÃO DE EFEITOS DAS NORMAS SOBRE DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES	118

6. CONCLUSÃO	131
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
6. TRABALHO DECENTE E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – <i>José Claudio Monteiro de Brito Filho</i>	135
1. GENERALIDADES – A NECESSIDADE DE UMA ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DO MPT.....	135
2. O TRABALHO DECENTE COMO O EIXO DA ATUAÇÃO PRIORITÁRIA DO MPT	137
3. CONCLUSÕES – EM PARTE RECUPERANDO OS ASPECTOS MAIS IMPORTANTES DA DISCUSSÃO.....	142
7. DIREITOS SOCIAIS E GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA – <i>Maurício Coentro Pais de Melo</i>	143
1. INTRODUÇÃO	143
2. A ANÁLISE DOS DIREITOS HUMANOS POR MEIO DO RESGATE HISTÓRICO E A SUA CATALOGAÇÃO EM DIMENSÕES	144
3. GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E A FRAGILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS.....	149
4. A COMPREENSÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA NO ADEQUADO PLANEJAMENTO PÚBLICO E PRIVADO PARA O IMPLEMENTO DOS DIREITOS SOCIAIS	152
5. CONCLUSÃO	157
6. BIBLIOGRAFIA	159
8. AS REPERCUSSÕES DAS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA – <i>Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos</i>	161
1. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: CONTORNOS CONCEITUAIS	161
2. ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	163
2.1 Duração das justiças transicionais	163
2.2 Tipos de justiça de transição.....	164
2.3 Pilares da justiça de transição	165
3. O DIREITO FUNDAMENTAL À VERDADE	167
4. O DIREITO FUNDAMENTAL À MEMÓRIA	168
5. AS SENTENÇAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO PROCESSO TRANSICIONAL LATINO-AMERICANO E SUAS REPERCUSSÕES NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA.....	170
5.1 Caso <i>Velásquez Rodriguez vs. Honduras</i>	170
5.2 Caso <i>Barríos Altos vs. Perú</i>	171
5.3 Caso <i>Almocinad Arellano vs. Chile</i>	173
5.4 Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil.....	174
5.5 Caso Herzog e Outros vs. Brasil	178
6. REFERÊNCIAS	180

PARTE III – PRINCIPAIS TEMAS DE ATUAÇÃO DO MPT**9. PARÂMETROS PARA CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS –**

<i>Rosângela Rodrigues Dias de Lacerda</i>	185
1. INTRODUÇÃO	185
2. O NEOCONSTITUCIONALISMO COMO CONTEXTO DO CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	186
2.1. A força normativa da constituição.....	187
2.2. O neoconstitucionalismo e o controle de políticas públicas	188
3. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	188
3.1. Argumentos contrários ao controle de políticas públicas.....	190
3.2. Da legitimidade judicial para controle de políticas públicas	193
4. PARÂMETROS PARA CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	196
5. CONCLUSÕES.....	207
6. REFERÊNCIAS.....	209

10. REFLEXOS DAS DECISÕES DO STF EM 2023 NA ATUAÇÃO DO MPT –

<i>Ednaldo Rodrigo Brito da Silva</i>	211
1 INTRODUÇÃO	211
2 AS DECISÕES DO STF EM 2023 E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	212
2.1 ADPF 573/PI: O óbice à transmutação de servidores celetistas em estatutários e a atuação do MPT em matéria de meio ambiente do trabalho na administração pública.....	212
2.2 O Tema 638 da Repercussão Geral e a atuação do MPT nas demissões em massa.....	217
2.3 O Tema 935 da Repercussão Geral e a atuação do MPT na tutela do direito de oposição	219
2.4 ADPF 347/DF: O estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário brasileiro e a atuação do MPT no projeto estratégico nacional Adequação das Condições de Trabalho no Sistema Prisional.....	225
2.5 O Tema 542 da Repercussão Geral e a atuação do MPT na defesa do direito da gestante contratada temporariamente pela Lei 6.019/74	230
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
4. BIBLIOGRAFIA.....	237

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO**11. CÂNCER E MEIO AMBIENTE LABORAL: A Importância de Superar
o Sub-registro do Câncer Relacionado ao Trabalho no Brasil – André**

<i>Magalhães Pessoa – Bruno Martins Mano Teixeira</i>	241
---	-----

CÂNCER E MEIO AMBIENTE LABORAL: A IMPORTÂNCIA DE SUPERAR O SUB-REGISTRO DO CÂNCER RELACIONADO AO TRABALHO NO BRASIL.....	241
1. CÂNCER RELACIONADO AO TRABALHO E PROTEÇÃO JURÍDICA DA SAÚDE DO TRABALHADOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	241
2. LISTAS REFERENCIAIS QUE RELACIONAM CÂNCER A EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL.....	245
3. REGISTRO DE DADOS REFERENTES AO PERFIL OCUPACIONAL DOS PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM CÂNCER E SUA RELEVÂNCIA NO SISTEMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	247
3.1 Registros de Câncer	251
3.2. Lei n. 13.685/2018 e SINAN.....	252
3.3 Questionário Simplificado de Rastreamento de Câncer Ocupacional (QSR) como possível ferramenta para a identificação de neoplasias relacionadas ao trabalho.....	254
3.4. CAREX Brasil	254
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	255
5. BIBLIOGRAFIA.....	257
12. OS DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS, A RESOLUÇÃO Nº 230/2021 DO CNMP E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Tatiana Costa de Figueiredo Amormino...	259
1. INTRODUÇÃO.....	259
2. DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	260
2.1 Direito à autodeterminação e ao desenvolvimento.....	260
2.3 Garantia de consulta prévia, livre e informada	264
2.3 Trabalho decente	267
3. RESOLUÇÃO Nº 230 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP).....	270
4. GRUPO DE TRABALHO (GT) “POVOS ORIGINÁRIOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E PERIFÉRICAS” DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	273
5. CONCLUSÃO	275
6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....	276
13. O ADOECIMENTO MENTAL RELACIONADO AO TRABALHO E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Ileana Neiva Mousinho.....	277
1. INTRODUÇÃO	277
2. COMPREENDENDO O PROCESSO DE SOFRIMENTO MENTAL RELACIONADO AO TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A “REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA”.....	286
3. TRANSTORNOS MENTAIS E FATORES ESTRESSORES, COMO O SUBDIMENSIONAMENTO DAS EQUIPES DE TRABALHO, A EXIGÊNCIA DE METAS DE PRODUTIVIDADE E A BAIXA REMUNERAÇÃO.....	289

4. TRANSTORNOS MENTAIS E A INSEGURANÇA NOS LOCAIS DE TRABALHO.....	292
5. TRANSTORNOS MENTAIS E TERCEIRIZAÇÃO	294
6. TRANSTORNOS MENTAIS E AMBIENTE DE TRABALHO COM EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS	298
7. GERENCIALISMO, PRECARIZAÇÃO E DESGASTE MENTAL NO SETOR PÚBLICO	302
8. COMO CONSTRUIR UM MODELO DE GESTÃO QUE NÃO LESIONE A SAÚDE MENTAL DOS(AS) TRABALHADORES(AS) E ELIMINE O ASSÉDIO MORAL E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIAS. A CONSIDERAÇÃO AOS FATORES PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM ESSE REFERENCIAL	305
CONCLUSÃO	314
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	315

TRABALHO INFANTIL

14. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E O FOMENTO À PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS – Luciana Marques Coutinho	319
1. A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E A PROTEÇÃO INTEGRAL GARANTIDA AOS ADOLESCENTES E JOVENS BRASILEIROS.....	319
2. APRENDIZAGEM NO SETOR PÚBLICO	326
3. INVESTIMENTO PÚBLICO, FOMENTO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	328
4. CONCLUSÃO	338
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	340
15. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES ADOLESCENTES EGRESSOS DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS OU EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO – Raphael Fábio Lins e Cavalcanti – Iandra Salviano Araújo.....	343
1. INTRODUÇÃO.....	343
2. BREVES NOÇÕES SOBRE O INSTITUTO DA APRENDIZAGEM	345
3. A APRENDIZAGEM VOLTADA AOS ADOLESCENTES HIPERVULNERÁVEIS	347
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	352
5. REFERÊNCIAS	353

TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

16. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL – Lys Sobral Cardoso	357
1. COMBATE, PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	357

2. ENCONTRO ENTRE AS AÇÕES DO MPT E A AGENDA INTERNACIONAL.....	359
3. TRÁFICO DE PESSOAS E O MUNDO DO TRABALHO	370
4. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DO MPT.....	373
5. CASOS IMPORTANTES	379
6. CONCLUSÃO	380

17. O NOVO DIREITO DO TRABALHO: A ERA DAS CADEIAS PRODUTIVAS. UMA ANÁLISE DO PROTOCOLO ADICIONAL E DA RECOMENDAÇÃO ACESSÓRIA À CONVENÇÃO 29 DA OIT SOBRE TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO – Luís Antônio Camargo de Melo – Cristina Aparecida Ribeiro

<i>Brasiliano – Jonas Ratier Moreno – Luiz Carlos Michele Fabre.....</i>	<i>383</i>
1. INTRODUÇÃO	383
2. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	384
3. INTERNACIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS NACIONAIS.....	384
4. CONCEITO DE TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO	385
5. ANÁLISE ECONÔMICA DOS DIREITOS	388
6. SUBSTITUIÇÃO DO PARADIGMA DO TRABALHO PROIBIDO PELO PARADIGMA DO NON REFOULEMENT QUANTO AO MIGRANTE VITIMADO	389
7. COMPLIANCE TRABALHISTA: INTERCORRÊNCIAS DE TRABALHO ESCRAVO EM CADEIAS PRODUTIVAS E RESPONSABILIDADE JURÍDICA DO PODER ECONÔMICO RELEVANTE.....	393
8. CONCLUSÃO	398

FRAUDES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

18. JURISPRUDÊNCIA DA SUPREMA CORTE BRASILEIRA EM MATÉRIA DE TERCEIRIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO: RECRUDESCIMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS? – Pollyanna Sousa Costa

<i>Tôrres.....</i>	<i>403</i>
1. INTRODUÇÃO	403
2. TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA.....	406
2.1. Decisões do STF em matéria de terceirização: aumento da precarização? ..	409
2.2. O Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET) e a proposta da dupla subordinação na terceirização	414
3. DECISÕES DO STF E O Esvaziamento da Competência da Justiça do Trabalho	416
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	419
5. REFERÊNCIAS	422

19. O PODER EMPREGATÍCIO NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA – Renan

<i>Bernardi Kalil.....</i>	<i>425</i>
----------------------------	------------

1. INTRODUÇÃO	425
2. UMA CARACTERIZAÇÃO EM DISPUTA	428
3. PODER DIRETIVO	430
4. PODER REGULAMENTAR	439
5. PODER FISCALIZATÓRIO	441
6. PODER DISCIPLINAR	444
7. CONCLUSÕES	446
8. REFERÊNCIAS	447

PROMOÇÃO DA IGUALDADE

20. AÇÃO AFIRMATIVA: ALTERNATIVA EFICAZ PARA A BUSCA DA DIVERSIDADE NO TRABALHO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO –

<i>José Claudio Monteiro de Brito Filho</i>	453
1. GENERALIDADES	453
2. DISCRIMINAÇÃO	456
2.1. A discriminação e os fenômenos que lhe dão causa	457
2.2. Classificação da discriminação quanto à forma	458
2.3. Modelos de combate à discriminação	459
3. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO: POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DAS MEDIDAS DE AÇÃO AFIRMATIVA	461
3.1. Proteção do trabalho da mulher e inclusão das pessoas com deficiência ou reabilitadas	461
3.2. Formação superior para integrantes de povos indígenas	465
3.3. O Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos	468
4. CONCLUSÃO	471

21. RESERVA DE VAGAS PARA POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS EM CONCURSOS DAS MAGISTRATURAS: NECESSIDADE DE QUE A AÇÃO

AFIRMATIVA SEJA EFETIVA – Sebastião Vieira Caixeta	473
1. INTRODUÇÃO	473
2. AÇÃO AFIRMATIVA DE RESERVA DE VAGAS	475
3. INOPERÂNCIA DO ATUAL MECANISMO DE RESERVA DE VAGAS. FRUSTRAÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA	479
4. REVERBERAÇÃO DA AÇÃO AFIRMATIVA DE RESERVA DE VAGAS NAS FASES POSTERIORES À DA PROVA OBJETIVA. AFERIÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS SEGUINTE PELA MÉDIA, OBSERVADO CRITÉRIO MÍNIMO DE APROVAÇÃO	481
5. CONCLUSÕES	488
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	492

22. GÊNERO E RAÇA: AS DESIGUALDADES QUE AFETAM AS MULHERES	
NEGRAS – Valdirene Silva de Assis	495
1. FEMINISMO NEGRO.....	495
2. INTERSECCIONALIDADE.....	498
3. RACISMO ESTRUTURAL	499
4. FEMINISMO NEGRO NO BRASIL	501
5. GÊNERO E RAÇA EM NÚMEROS.....	503
6. GÊNERO E RAÇA: ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL	505
7. CONCLUSÃO	507
23. LEI DE COTAS. UMA BALZAQUIANA NO DIVÃ: ANALISANDO SEUS INDICADORES EM BUSCA DE AVANÇOS – Ricardo José das Mercês Carneiro, Patrícia Pugliesi Carneiro e Ana Beatriz Dantas Brandini	509
1. INTRODUÇÃO	509
2. REFLEXÕES LIGEIRAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	510
3. A ORIGEM DO MODELO NACIONAL DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	514
3.1. O sistema de cotas da Lei 8.213/1991. Um modelo (in) suficiente?.....	516
3.2. A inclusão por estratos. Adotamos um modelo verdadeiramente inclusivo dos diversos segmentos de pessoas com deficiência?.....	518
4. A NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA BRASILEIRO DE COTAS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	520
5. CONCLUSÃO	522
6. REFERÊNCIAS	523
24. LIDERANÇA FEMININA – REFLEXÃO, PESQUISA E REALIDADE – Ana Lara Camargo de Castro e Sebastião Vieira Caixeta	525
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	539

LIBERDADE SINDICAL

25. NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO NO BRASIL – Ricardo José Macedo de Britto Pereira	543
1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA	543
2. A INFLUÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO DO BRASIL.....	547
3. ESGOTAMENTO DO MODELO BASEADO NA UNICIDADE SINDICAL.....	549
4. DESAFIOS À AUTONOMIA SINDICAL.....	554
5. AUTONOMIA SINDICAL COMO RECONHECIMENTO.....	556
6. AUTONOMIA E REGISTRO SINDICAL.....	559

7. FINANCIAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL.....	561
8. PRÁTICAS ANTISSINDICAIS.....	563
9. A RELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COM OUTROS ATORES DO MUNDO DO TRABALHO	567
10. A COORDENADORIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA LIBERDADE SINDICAL E DO DIÁLOGO SOCIAL (CONALIS).....	569

26. LIBERDADE SINDICAL E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE – Lorena

<i>Vasconcelos Porto e Ricardo José Macêdo de Britto Pereira.....</i>	<i>573</i>
1. INTRODUÇÃO.....	573
2. A LIBERDADE SINDICAL	574
3. A OPINIÃO CONSULTIVA OC-27/21, DE 05 DE MAIO DE 2021	579
4. O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E A APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA DA OPINIÃO CONSULTIVA OC-27/21.....	581
5. O REVIGORAMENTO DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NA PERSPECTIVA EUROPEIA.....	585
6. CONCLUSÃO	588
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	589

27. DEMOCRACIA SINDICAL E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO

TRABALHO – Rafael Foresti Pego.....	591
1. INTRODUÇÃO	591
2. LIBERDADE SINDICAL E DEMOCRACIA	593
3. DEMOCRACIA SINDICAL	595
4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	607
5. CONCLUSÕES.....	612
6. BIBLIOGRAFIA.....	613

28. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A LIBERDADE SINDICAL:

ANÁLISE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO – José Claudio Monteiro de Brito

<i>Filho.....</i>	<i>615</i>
1. INTRODUÇÃO	615
2. A LIBERDADE SINDICAL	616
3. ATUAÇÃO DO MPT EM MATÉRIA DE LIBERDADE SINDICAL: ANÁLISE A PARTIR DE UM CASO CONCRETO.....	621
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	623

TRABALHO PORTUÁRIO

29. O HISTÓRICO DA ALTERAÇÃO NORMATIVA DO SETOR PORTUÁRIO E TEMAS SENSÍVEIS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO –

<i>Maurício Coentro Pais de Melo</i>	<i>627</i>
--	------------

1. INTRODUÇÃO	627
2. A UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA PARA REGULAMENTAR O SETOR PORTUÁRIO.....	628
3. A ALTERAÇÃO NORMATIVA INICIADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA N. 595/2012 E CONCLUÍDA PELA LEI 12.815/2013. TEMAS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	630
3.1. A Ausência da Guarda Portuária no texto da Medida Provisória n. 595/2012 e sua Inclusão na Redação Final da Lei 12.815/2013	631
3.2. O Órgão Gestor de Mão de Obra e sua Intervenção nas relações entre o Capital e Trabalho.....	633
3.3. A Vinculação Direta dos Trabalhadores Portuários Avulsos das Funções de Capatazia e Bloco	635
3.4. As Formas Legítimas de Utilização da Mão de Obra por parte dos Terminais de Uso Privativo – TUP.....	637
4. CONCLUSÃO	639
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	640

PARTE IV

INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

30. A ADPF 944 COMO FATOR DE RISCO À EFETIVIDADE DA ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MPT EM PROL DA DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES VIA RECOMPOSIÇÃO DE DANOS E A DOUTRINA DO “CY-PRÈS”.....	643
2. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA.....	645
3. A FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O DIRECIONAMENTO DAS NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO PELAS INSTITUIÇÕES MINISTERIAIS	647
4. A NOVA ROUPAGEM DO MINISTÉRIO PÚBLICO TRAÇADA PELO CNMP: ESTILIZADA PELA ATUAÇÃO RESOLUTIVA	651
5. O ARTIGO 13 DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA E A INEFICIÊNCIA DO MODELO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS TRADICIONALMENTE ADOTADO NO BRASIL	653
6. A INTERNALIZAÇÃO DA DOUTRINA <i>CY-PRÈS</i>	659
7. A ADPF 944 COMO AMEAÇA À PRERROGATIVA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR.....	662
8. CONCLUSÃO	668
9. REFERÊNCIAS.....	669

31. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO MEDIADOR DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO – Ileana Neiva

<i>Mousinho</i>	671
1. INTRODUÇÃO	671
2. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A ATUAÇÃO COMO MEDIADOR	673
3. DAS PRÁTICAS AUTOCOMPOSITIVAS	676
4. DOS PRINCÍPIOS DA MEDIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO. OBSERVÂNCIA DA NATUREZA DOS DIREITOS TRABALHISTAS. DOGMA DA AUTONOMIA COLETIVA VERSUS REALIDADE	677
5. A NEGOCIAÇÃO COLETIVA E A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DOS ARTS. 611-A E 611-B DA CLT.....	684
6. CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	686
7. A MEDIAÇÃO E A EXIGÊNCIA DE CONCESSÕES RECÍPROCAS.....	691
8. EXEMPLOS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA A CONCILIAÇÃO A RESPEITO DE CLÁUSULAS DE ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO QUE PODEM AUMENTAR A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE	700
8. 1. Cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho impedindo a prorrogação de jornada de trabalho em atividade em que há alto índice de afastamento de trabalhadores por incapacidade laborativa.....	700
8.2. Cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho para concretizar o princípio da prevenção de acidentes e doenças do trabalho..	701
9. CONCLUSÃO	704
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	705

32. MEDIAÇÃO NAS MODALIDADES “PRÓPRIA” E “IMPRÓPRIA” NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – Cláudio Dias Lima Filho.....

1. INTRODUÇÃO	707
2. MEDIAÇÃO: CONCEITO, ALCANCE E NORMATIZAÇÃO NO ÂMBITO TRABALHISTA.....	708
3. MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	712
4. MEDIAÇÃO “PRÓPRIA” NO ÂMBITO DO MPT.....	715
5. MEDIAÇÃO “IMPRÓPRIA” NO ÂMBITO DO MPT – PANORAMA ATÉ O MOMENTO	717
6. MEDIAÇÃO “IMPRÓPRIA” NO ÂMBITO DO MPT – PERSPECTIVAS.....	726
7. EFICÁCIA DO TERMO OU ATA DE MEDIAÇÃO	728
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	731
9. REFERÊNCIAS.....	733

33. O CONTRADITÓRIO NO INQUÉRITO CIVIL – Bruno Gomes Borges da Fonseca.	735
1. INTRODUÇÃO.....	735
2. NOTAS SOBRE O INQUÉRITO CIVIL	736
3. INQUÉRITO CIVIL E CONTRADITÓRIO.....	740
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	746
5. REFERÊNCIAS.....	747
34. A EFICÁCIA PROBATÓRIA DOS ELEMENTOS INFORMATIVOS DO INQUÉRITO CIVIL NA PERSPECTIVA DO PROCESSO JUSTO E EQUÂNIME – Clarissa Ribeiro Schinestsck.....	751
1. INTRODUÇÃO	751
2. O DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL A UM PROCESSO JUSTO E EQUÂNIME.....	752
3. OS PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO COROLÁRIOS DO DIREITO À ADEQUADA TUTELA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS.....	755
4. REVISITANDO O DIREITO À PLENITUDE DE DEFESA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DO DIREITO AO PROCESSO JUSTO	758
5. A TENSÃO ENTRE OS DIREITOS À ADEQUADA TUTELA JURISDICIONAL E À PLENITUDE DE DEFESA.....	763
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	768
7. BIBLIOGRAFIA.....	768
35. A PROVA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA – Xisto Tiago de Medeiros Neto.....	771
1. CONSIDERAÇÃO INICIAL.....	771
2. AMPLITUDE DO PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ.....	774
3. A PROVA COLHIDA NO INQUÉRITO CIVIL	778
3.1. Introdução.....	778
3.2. Presunção de veracidade e legitimidade	782
3.3. Qualificação e relevância dos meios de prova	785
4. IMPOSSIBILIDADE DE CONFISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	789
5. VALOR DOS INDÍCIOS E PRESUNÇÕES.....	791
6. PROVA DO DANO MORAL COLETIVO	794
7. INVERSÃO DO ONUS PROBANDI	795
8. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA COMO CAUSA DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO	800
9. REFERÊNCIAS.....	803
36. A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO – Bruno Gomes Borges da Fonseca.....	805

1. INTRODUÇÃO	805
2. NOTAS GERAIS SOBRE O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	806
3. APLICAÇÃO DA TEORIA DISCURSIVA DE HABERMAS NA CONSTRUÇÃO DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	809
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	824
5. REFERÊNCIAS	824

37. O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Alice

<i>Almeida Leite e João Lucas Longhi Cechet</i>	827
1. INTRODUÇÃO	827
2. A ATUAÇÃO RESOLUTIVA	827
3. BASE NORMATIVA.....	829
4. NATUREZA JURÍDICA.....	829
5. FINALIDADE	831
5.1. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO TAC.....	833
6. É POSSÍVEL TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA FIRMADO JUDICIALMENTE?	834
6.1. É possível ao MP optar pelo ajuizamento de Ação Civil Pública, em vez de uma Ação de Execução do TAC?.....	835
7. A ASSINATURA DO TAC IMPORTA EM CONFISSÃO DO INVESTIGADO?.....	835
8. ASPECTOS PRÁTICOS DO TAC.....	836
8.1. Eficácia.....	836
8.2. Poderes para firmar termo de ajuste de conduta	836
8.3. Termo de ajustamento de conduta parcial	837
8.4. Prazo de vigência	837
8.4.1. Alteração ou revogação da norma legal ou a fixação de sua interpretação pelo STF diversa da utilizada para embasamento das obrigações estipuladas no TAC.	839
8.5. Sucessão de empresas e TAC.....	840
8.6. Fiscalização pelo cumprimento:.....	841
8.7. Multa e cominações do TAC pelo descumprimento	842
8.7.1. Natureza jurídica da multa:	843
8.7.2. Multa aplicada em autos de infração e multa do TAC:.....	845
8.7.3. Possibilidade de cumulação da multa de TAC com multas aplicadas pelo juízo.....	845
9. EXECUÇÃO DO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA	845
9.1. Competência.....	847
9.2. Prova do descumprimento das obrigações.....	848
9.3. Prescrição.....	849
9.4. Execução na Recuperação Judicial e na Falência	850

10. AÇÃO ANULATÓRIA DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA.....	851
11. COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA E DANO MORAL COLETIVO.....	852
12. DESTINAÇÃO DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO.....	853
38. DANO MORAL COLETIVO: DO CONCEITO À REPARAÇÃO – Xisto Tiago de Medeiros Neto.....	855
1. INTRODUÇÃO.....	855
2. CARACTERIZAÇÃO E CONCEITO.....	856
3. FUNDAMENTO LEGAL.....	861
4. PROVA.....	862
5. HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA.....	863
6. REPARAÇÃO.....	865
6.1. Noções essenciais.....	865
6.2. Preponderância da função sancionatória.....	870
6.3. Valor da condenação.....	872
6.4. Observações e crítica sobre os valores arbitrados.....	874
6.5. Destinação das parcelas da condenação.....	876
7. CONSIDERAÇÃO FINAL.....	880
8. REFERÊNCIAS.....	881
39. DANOS MORAIS COLETIVOS E A QUESTÃO DA TARIFICAÇÃO EM SEDE DE AÇÕES COLETIVAS LABORAIS – Marcelo Freire Sampaio Costa.....	883
1. À GUIZA DE INTROITO.....	883
2. DA DEFINIÇÃO DE DANO MORAL COLETIVO.....	884
3. DO DANO MORAL COLETIVO ENVOLVENDO PEDIDOS DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	886
4. A RESPONSABILIDADE CIVIL EM SEDE DE DANOS MORAIS COLETIVOS GANHA UM CONTORNO DIFERENTE. A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO PUNITIVA OU PUNITIVE DAMAGES	888
5. DA PRETENSÃO DE EXCLUSIVIDADE DE APLICAÇÃO DO TEXTO CELETISTA À SISTEMÁTICA DE REPARAÇÃO DE DANOS DE NATUREZA EXTRAPATRIMONIAL.....	891
6. PARÂMETRO PARA A QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO FUNDADA NO “SALÁRIO CONTRATUAL DO OFENDIDO”.....	893
7. CONCLUSÃO. PELA IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO MODELO DE TARIFICAÇÃO PARA AÇÕES COLETIVAS LABORAIS, OU, APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA INTERPRETAÇÃO CONFORME.....	897
40. A SUCESSÃO ANÔMALA NA ESFERA TRABALHISTA: APONTAMENTOS ACERCA DA LEI Nº 6.858/80 – Pedro Lino de Carvalho Júnior.....	899
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	899

2. DA SUCESSÃO EM GERAL: A ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	900
3. A LEI Nº 6.858/80 E SEUS REGRAMENTOS.....	902
4. TEMAS POLÊMICOS RELACIONADOS À APLICAÇÃO DA LEI Nº 6.858/80.....	905
4.1. Norma material ou norma procedimental?	906
4.2. O impacto do regime de bens na aplicação da lei	913
4.3. Competência da Justiça do Trabalho	918
4.4. Liberação dos valores depositados	921
5. CONCLUSÃO	925
6. REFERÊNCIAS	926